



15 A 19 DE MAIO

RELATÓRIO SEMANAL

As informações contidas nessa publicação são produzidas com **exclusividade para o nosso associado**

Valorize o seu conteúdo!
Evite a distribuição indevida ao público externo.

SUMÁRIO

CLIQUE NO NÚMERO DA PÁGINA PARA SER REDIRECIONADO À SEÇÃO!

03

Novo estudo da Abraceel: abertura total do mercado beneficiará baixa renda e “Brasil esquecido”

08

Conselho de Administração: Reginaldo Medeiros é reconduzido ao cargo de conselheiro independente

12

Abraceel discute agenda de mercado com SGM/Aneel

15

Abraceel leva suas contribuições sobre monitoramento do mercado ao Diretor-Relator

17

Em reunião com Relatora, Abraceel explica propostas sobre governança na formação de preços

19

Comercialização varejista: especialista propõe modelo de estruturação e alerta para mitigação de riscos

23

Abraceel na Mídia

25

Curtas

30

E o Congresso?

33

Próxima Semana

Novo estudo da Abraceel: abertura total do mercado beneficiará baixa renda e “Brasil esquecido”

Matéria em 1 minuto:

- Economia pode chegar a R\$ 35,8 bilhões nas contas de energia elétrica, beneficiando todas as classes sociais e categorias de consumidores;
- Mesmo com tarifa social, mais de 5 milhões de unidades consumidores de baixa renda podem ter descontos entre 7,5% e 10% adicionais;
- Estudo foi realizado internamente pela Abraceel e almoço de lançamento contou com a presença de parlamentares e autoridades do MME e Aneel.



A Abraceel realizou no dia 17.05, no restaurante Almeria, em Brasília, o lançamento do estudo “Portabilidade da Conta de Luz: Justiça Social e Transição Energética Justa”, um trabalho desenvolvido internamente pela Associação que mostrou benefício disseminado da abertura do mercado de energia elétrica para todas as classes sociais e categorias de consumidores, mas principalmente para os brasileiros de baixa renda e classe média, bem como para pequenos negócios dos setores comercial, industrial e rural.

A apresentação foi conduzida pelo Presidente-Executivo da Abraceel, Rodrigo Ferreira, em um contexto que mostrou o impacto

negativo do custo crescente da energia elétrica no orçamento das famílias brasileiras, os benefícios da abertura do mercado como uma política pública estruturante para a redução do custo de energia de forma democrática para todas as classes sociais e categorias de consumidores, e o papel relevante do mercado livre de energia na transição energética brasileira, cujos desafios são diferentes daqueles existentes em outros países.

O almoço contou com a presença atenta de parlamentares e autoridades, como Lafayette de Andrada (Republicanos-MG), Beto Richa (PSDB-PR), Dimas Fabiano (PP-MG), Fernando Filho (União-PE), Ricardo Tili (Aneel), Fernando Mosna (Aneel), Gentil Nogueira (MME), João Daniel (MME), Juan Ángel Delgadillo (Embaixador do Paraguai), entre outros, além de conselheiros da Abraceel, empresários e demais convidados.

Indexação por longo prazo e contratações compulsórias encarecem energia

Rodrigo Ferreira explicou que, entre outros motivos, o consumidor de baixa tensão arca com custos crescentes porque está sujeito a contratos de energia no mercado regulado indexados com prazos entre 20 e 30 anos, além de ter de absorver os custos de contratações compulsórias de fontes mais caras determinadas pelo governo federal. Enquanto isso, no mercado livre, a energia está constantemente sendo descontratada e voltando a concorrer com energia nova que é inserida na matriz elétrica. Lembrou que o consumidor “deseja energia mais barata e renovável e que, no Brasil, a energia mais barata é a energia renovável”, predominante do mercado livre.

O Presidente-Executivo da Abraceel explicou que o estudo permitiu descobrir que os descontos adicionais na fatura elétrica para os consumidores de baixa renda beneficiariam 62% dos cenários identificados em um mapeamento que cruza 40 faixas de consumo em 33 mercados regionais regulados nos quais os consumidores brasileiros estão inseridos. “Quanto maior o consumo, mais competitivo fica o mercado livre, inclusive para consumidores enquadrados como baixa renda”, conclui.

Em 2023, cuja perspectiva é de ausência de cobrança de bandeiras tarifárias ao longo do ano inteiro e preços mais baixos do ambiente de contratação livre, os descontos viabilizados pelo merca-

do livre poderiam beneficiar ainda mais consumidores, em 82% dos cenários previstos.

“A abertura do mercado de baixa tensão tem de ser boa para quem migra e neutra para quem decide permanecer no mercado regulado”, frisou Rodrigo Ferreira. Ele salientou que é importante que a liberalização seja feita com equilíbrio entre os agentes e em especial para o consumidor, respeito aos contratos e segurança jurídica – e sem subsídios, lembrando que o consumidor livre paga todos os encargos que são pagos no mercado cativo.

Alavanca para transição energética, abertura do mercado depende de “tinta na caneta”

O Presidente-Executivo da Abraceel explicou aos participantes que a abertura do mercado de energia para o Grupo B dará protagonismo ao consumidor e que será uma alavanca para a transição energética, que é caracterizada por três Ds: descarbonização, descentralização e digitalização.

Em resumo, o grande desafio no Brasil é avançar na descentralização da contratação da energia consumida e na digitalização. A Europa, por exemplo, já avançou bem nessas etapas, na medida em que os mercados elétricos são liberalizados e todos os consumidores podem escolher o fornecedor, muitos com acesso a serviços e funcionalidades digitais.

O Brasil, por outro lado, está muito bem posicionado no terceiro pilar, da descarbonização da geração de eletricidade, que é o maior desafio dos europeus, que possuem matriz elétrica com elevada participação de geração lastreada em fontes fósseis. Falta ao nosso país, no entanto, assegurar maior protagonismo ao consumidor, avançando na descentralização e digitalização da energia elétrica, o que depende, basicamente, de políticas públicas.

Com isso, Rodrigo concluiu que a abertura completa do mercado de energia, beneficiando todas as classes sociais e categorias de consumidores, vetor da transição energética, depende apenas de “tinta na caneta”, por meio de uma portaria do Ministério de Minas e Energia.

Acesse a apresentação completa no [site](#) da Abraceel.

O tamanho do benefício do mercado livre de energia para o Grupo B



Abertura do segmento de baixa tensão tem potencial para gerar R\$ 35,8 bilhões por ano em comparação ao que esses consumidores pagam ao comprarem energia elétrica no mercado regulado.

Os benefícios seriam disseminados para todas as classes sociais, podendo alcançar inclusive parte dos consumidores de baixa renda com acesso à Tarifa Social de Energia Elétrica, mas principalmente as famílias de classe média.

O abatimento de R\$ 35,8 bilhões por ano na conta de energia elétrica dos brasileiros do Grupo B significaria economia média de 19% na conta de luz, a preços de 2022.

Mais de 5 milhões dos consumidores de baixa renda, categoria que soma quase 15 milhões de unidades consumidoras, poderiam obter descontos adicionais entre 7,5% e 10% na conta de energia.

Ao viabilizar um desconto adicional aos consumidores de baixa renda, a abertura do mercado permitiria diminuir em R\$ 1,4 bilhão o subsídio concedido ao grupo B1 Residencial Baixa Renda, reduzindo em 4% o orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), custeada por todos os consumidores, livres e cativos.

Abertura atende também um "Brasil esquecido", formado por 73,5 milhões de unidades consumidoras, comportando 150 milhões de brasileiros, que não foram contemplados com políticas públicas para reduzir estruturalmente o custo da energia elétrica nos últimos anos.

Os brasileiros da classe média (B, C e D) seguem sem atenção mesmo representando mais de 96% dos domicílios e pelo menos 82% do

consumo residencial do Grupo B. A abertura do mercado poderia beneficiar a classe residencial com um desconto total de R\$ 22,7 bilhões por ano.

Já os setores rural, comercial e industrial podem reduzir R\$ 10,7 bilhões em custos com abertura do mercado de energia. Os três segmentos têm cerca de 11 milhões de unidades consumidoras, principalmente pequenos negócios, produtores rurais e indústrias.

Mais de 4,5 milhões de unidades consumidoras de energia no setor rural poderiam reduzir em R\$ 2,8 bilhões os gastos com eletricidade ao ano, das quais 3,4 milhões são pequenos produtores, com fatura mensal inferior a R\$ 285.

No segmento comercial, 6 milhões de unidades consumidoras poderiam reduzir em R\$ 7,2 bilhões ao ano o valor gasto com eletricidade, beneficiando principalmente 4,4 milhões de consumidores na faixa de consumo entre 0 e 500 kWh, com faturas mensais de até R\$ 475.

No setor industrial, o acesso ao mercado livre de energia poderia disseminar benefícios para mais de 410 mil pequenas indústrias (84% têm fatura mensal de até R\$ 950), reduzindo os gastos com a conta de energia elétrica em R\$ 710 milhões de forma agregada.

Conselho de Administração: Reginaldo Medeiros é reconduzido ao cargo de conselheiro independente

Matéria em 1 minuto:

- Em reunião presencial realizada em Brasília, aberta às associadas, conselheiros avaliam andamento das ações da Diretoria Executiva para atender ao plano de metas da Associação;
- Conselheiros também aprovaram participação da Abraceel na recém-criada Associação Ibero-Americana de Comercializadores de Energia;
- Diretoria Executiva pediu engajamento das associadas no evento da Trader, em agosto, em comemoração aos 25 anos da empresa e do mercado livre de energia no Brasil, bem como na organização de nova missão internacional, dessa vez ao Texas (EUA).



O Conselho de Administração da Abraceel realizou reunião no dia 17.05, aberta à participação das associadas, para deliberar assuntos importantes para as bandeiras da Associação.

Acompanhamento orçamentário

Rodrigo Ferreira apresentou a atualização orçamentária e a perspectiva de receitas e despesas para 2023.

Acompanhamento das metas

Em seguida, os conselheiros foram informados a respeito da evolução das ações conduzidas para o cumprimento das metas apontadas no planejamento estratégico da Associação. Destaque para as principais iniciativas em cada uma das quatro bandeiras:

Abertura de mercado

Lançamento do estudo que mostra o impacto social da abertura do mercado de energia para os consumidores do Grupo B em evento com a presença de autoridades (*veja matéria nessa edição do Relatório Semanal*).

Envio de quatro cartas à Aneel sobre problemas enfrentados pelos consumidores na migração para o mercado livre.

Apresentação do estudo desenvolvido com a EY para secretários do MME, diretores da Aneel e Frente Nacional dos Consumidores de Energia.

Reuniões com Aneel e CCEE para discutir a comercialização varejista.

Sexta Livre com o advogado Urias Martiniano para apresentar modelo de estruturação contratual para a comercialização varejista.

Segurança de mercado

Atuação na segunda fase da CP 11/2022 da Aneel sobre monitoramento prudencial, com envio de contribuição e atuação bem-sucedida para postergar o início da vigência da nova classificação de comercializadores em dois tipos distintos.

Atuação para publicação dos Procedimentos de Comercialização com novos critérios de autorização e manutenção.

Formação de preços

Reunião com a Diretora da Aneel, Agnes da Costa, para discutir as contribuições da Associação na CP 43/2022 da Aneel, sobre formação de preços.

Disponibilização dos decks com as funcionalidades propostas para 2024 após pedido da Associação.

Carta ao Diretor Geral e SGM/Aneel apoiando a revisão dos limites do PLD e oferecendo contribuições para a ARR após consulta ao Grupo Técnico.

Eficiência e inovação do mercado

Assinatura de memorando entre Abraceel e Acemel (Associação dos Comercializadores de Energia no Mercado Liberalizado), de

Portugal, para aproximar mercados de comercialização.

Reuniões e estruturação de documentos para a fundação da Associação Ibero-Americana de Comercializadores de Energia (AICE) com associações de seis países.

Eleição do conselheiro independente

Os conselheiros, seguindo normas do estatuto social, aprovaram a recondução de Reginaldo Medeiros para mais um mandato no cargo de conselheiro independente da Abraceel.

Evento Tradener

Rodrigo Ferreira informou aspectos do evento da associada Tradener, copromovido pela Abraceel, em comemoração aos 25 anos de fundação da empresa e do mercado livre de energia no Brasil. Foi enfatizada a importância de haver engajamento das empresas associadas na medida em que a iniciativa ajuda a disseminar a relevância e o conhecimento sobre o mercado livre de energia. O evento será no dia 26.08, às 20h, em Curitiba, com convite para todas as empresas associadas e exclusivo para convidados.



ESTAMOS PREPARANDO UM ESPETÁCULO INCRÍVEL PARA OS 25 ANOS DA TRADENER.

Anote na agenda. Dia **26 de agosto de 2023**, teremos um evento para comemorar dois grandes acontecimentos: **25 anos de fundação da Tradener e do Mercado Livre de Energia no Brasil.** Uma data tão especial merece um espetáculo à altura. **Será um show. Aguarde.**

*Evento fechado para convidados.




Associação Ibero-Americana de Comercializadores de Energia

Frederico Rodrigues apresentou detalhes da criação e funcionamento da Associação Ibero-Americana de Comercializadores de Energia (AICE), iniciativa de associações de comercialização de energia de seis países: Brasil, Chile, Colômbia, Espanha, México e Portugal. Entre os objetivos, estão o desenvolvimento da atividade de livre comercialização de energia nos países membros, a inovação, novas tecnologias e diferentes formas de envolver os usuários no mercado, a criação de mercados regionais liberalizados de energia e o intercâmbio de boas práticas e troca de experiências entre os países.

A proposta do estatuto para a criação da AICE foi revisada pela Abraceel e pelo consultor jurídico da Associação, Julião Coelho. Os conselheiros aprovaram, considerando ponderações - temas discutidos na nova associação devem estar alinhados às bandeiras da Abraceel e o cuidado para que a Abraceel não seja obrigada a participar de ações para as quais não aprobe os custos. Outra recomendação é que agentes públicos e privados relevantes dos mercados do Paraguai, Uruguai e Argentina sejam convidados a participar dessa nova associação continental, na medida em que são mercados importantes para o Brasil.

Assuntos gerais

Em assuntos gerais, foi informado que a Abraceel está planejando realizar uma missão internacional ao Texas, no fim de setembro, para entender o mercado de energia local, com foco na comercialização varejista, segurança do mercado, transição energética e mercado de gás. As associadas serão procuradas para contribuir com a organização e programação, caso haja interesse e disponibilidade.

A apresentação está disponível no [site](#) da Associação, em “Apresentações Exclusivas”.

Abraceel discute agenda de mercado com SGM/Aneel

Matéria em 1 minuto:

- SGM está tratando de várias frentes do Planejamento Estratégico da Associação, como varejista, monitoramento, governança de preços, entre outros;
- O aperfeiçoamento do comercializador varejista é o processo que está com andamento mais avançando, em fase de alinhamento com a Diretoria;
- Quanto ao processo de monitoramento de mercado, a elaboração da norma será realizada pela SGM, mas a parte operacional, quando estiver implementada, contará com a supervisão da SFF.



No dia 18.05, a Abraceel se reuniu com o Superintendência de Regulação dos Serviços de Geração e do Mercado de Energia Elétrica (SGM), representada por Alessandro Cantarino e equipe, para trazer todas as pautas da Abraceel que estão sob responsabilidade da nova Superintendência.

Cantarino iniciou a reunião falando sobre a importância dos temas trazidos pela Abraceel e afirmou que, mesmo com a reestruturação das superintendências, esses temas terão prioridade para a sua equipe, colocando-se à disposição da Abraceel para eventuais reuniões sobre assuntos de interesse mútuo.

Na sequência, Alexandre Lopes passou a tratar dos assuntos que integram as bandeiras da Abraceel e externou preocupação sobre a questão do varejista, esclarecendo que o setor aguarda a abertura da consulta pública sobre o assunto, e espera que a discussão envolva temas como o tratamento da inadimplência e judicialização do corte físico, agregação de medição e simplificação dos requisitos de migração sob o varejista. Otávio Rodrigues,

Gerente de Regulação do Mercado, informou que o tema já está avançado, já tendo ocorrido interações com a CCEE, e atualmente está sendo alinhado com a Diretoria. Sobre a questão da agregação da medição, contudo, disse que não tinha proposta detalhada apresentada pela CCEE e não deve ser tratada neste momento.

No que se refere à migração de consumidores para o mercado livre, a Abraceel explicou para a SGM os problemas enfrentados por associadas, que encontram dificuldades para efetivar a migração de consumidores, citando as cartas enviadas à Aneel contendo casos concretos. A Abraceel sugeriu que a SGM se envolva nessas questões, juntamente com a área responsável pela regulamentação da distribuição. Cantarino concordou com a ideia, reforçando ainda que é necessário que haja mais especificidade na regulamentação para tratar dessas questões. A Abraceel citou exemplos, como a antecedência de seis meses do término contratual requerida para se iniciar o processo de migração, sem que haja acordo entre as partes sobre a data contratual.

Em seguida, aproveitando o fechamento da segunda fase da consulta pública sobre monitoramento prudencial de mercado, a Abraceel questionou a respeito do andamento da análise das contribuições. Foi informado que, com a reestruturação das áreas da Aneel, esse assunto está sendo retomado agora pela SGM. Questionado pela Associação sobre qual área efetivamente iria supervisionar o monitoramento do mercado de energia elétrica, Cantarino afirmou que a elaboração da norma será realizada pela SGM, mas a parte operacional, quando estiver implementada, contará com a supervisão da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira (SFF).

Dando continuidade, a Abraceel questionou sobre o andamento das discussões com o MME sobre abertura do mercado para a baixa tensão, e Cantarino respondeu que a área técnica não teve novas demandas no novo governo.

Sobre a revisão dos limites do PLD, Cantarino afirmou que a ARR que está sendo feita pela Aneel ainda não está concluída, não podendo adiantar uma data para sua finalização, e que o foco agora está na oportunidade ou necessidade de aprimoramento da regra com base no que ocorreu durante a sua vigência. Com isso, reforçou que, no momento, não há preocupação com a avaliação de propostas alternativas aos limites atuais, ainda que al-

gumas entidades estejam apresentando propostas, que não é o caso da Abraceel.

Por fim, acerca do fechamento da consulta pública sobre governança na formação de preços, Cantarino afirmou sobre a necessidade de aprimoramentos no CT PMO-PLD para que os processos definidos nesse Comitê tenham mais celeridade em sua aplicação, e disse entender que o objetivo não é replicar o processo regulatório da Aneel nesse CT.

A apresentação realizada na reunião pode ser lida na íntegra na área restrita do [site](#) da Abraceel, aba de “Apresentações Exclusivas”.

Abraceel leva suas contribuições sobre monitoramento do mercado ao Diretor-Relator

Matéria em 1 minuto:

- Aneel concorda com a não necessidade de fiscalização de pequenos consumidores;
- A Agência considera que a CCEE já tenha mecanismos de responsabilização internos que poderiam ser aplicados ao monitoramento em casos de vazamento de informações sensíveis;
- Hélvio se comprometeu a dar celeridade na condução do tema.

No dia 18.05, a Abraceel se reuniu com o Diretor da Aneel Hélvio Guerra e assessoria para apresentar as contribuições enviadas pela associação e agentes na segunda fase da Consulta 11/2022 sobre monitoramento de mercado.

A Abraceel iniciou a reunião reforçando que é uma das maiores defensoras da implementação do monitoramento da alavancagem e início célere do período de testes, conhecido como “sombra”.

Sobre os agentes a serem monitorados, foi mencionado que houve uma evolução no posicionamento da Associação, pelo qual sugere-se que não alcance os pequenos consumidores, dada a baixa magnitude do potencial risco associado a esses agentes e também em função da percepção que os custos envolvidos para tais consumidores participarem do mecanismo seriam excessivos ante os eventuais benefícios. A Aneel pontuou que esse ponto foi bastante levantado ao longo da consulta pública e a Abraceel sugeriu que apenas consumidores com demanda superior a 3 MW sejam incluídos no monitoramento.

Sobre a segurança das informações, a Abraceel discorreu sobre como a plataforma da CCEE evoluiu nesse aspecto, mas que independente disso, é fundamental avançar na governança envolvida no processo, detalhando responsabilizações e penalizações em caso de vazamento. Preliminarmente, a Aneel considera que talvez a CCEE já tenha mecanismos de responsabilização internos que poderiam ser aplicados ao monitoramento, mas concor-

dou que esse é um ponto relevante.

Sobre o envio da exposição das cinco maiores contrapartes, o Diretor questionou qual seria o problema de enviar tal informação. A Abraceel explicou que precisa estar claro para os agentes o tratamento que será dado a essa informação, ou seja, como os dados serão analisados, por meio de indicadores que mostrem a visão agregada e não individual de cada agente. Além disso, dada a sensibilidade e risco envolvidos na posse dessa informação, questiona-se seu objetivo, dado que não compõe o fator de alavancagem e não está associada a nenhum processo de monitoramento proposto pela CCEE, e por isso não é indicativo para o agente ser levado à monitoramento.

Nessa mesma linha, a Associação questionou o envio do valor da exposição em reais, dado que não é input para o cálculo do Fator de Alavancagem, realizado com base em projeções de preços de mercado.

A Abraceel também trouxe à pauta a divulgação dos resultados do monitoramento, indicando sua posição favorável à divulgação com uma defasagem temporal. A Aneel pondera que vê a divulgação como importante, pois é justamente um dos objetivos do monitoramento, e questiona se a defasagem temporal não prejudicaria o mercado, ao reter a informação de um agente que pode estar com uma alta alavancagem, e por isso, entendem que esse ponto precisa ser aprofundado.

Por fim, a Abraceel sugeriu antecipação no detalhamento sobre como será a fiscalização e o procedimento que os agentes que ultrapassarem o limite de alavancagem estarão sujeitos, o que para a Aneel poderia correr em paralelo ao período sombra.

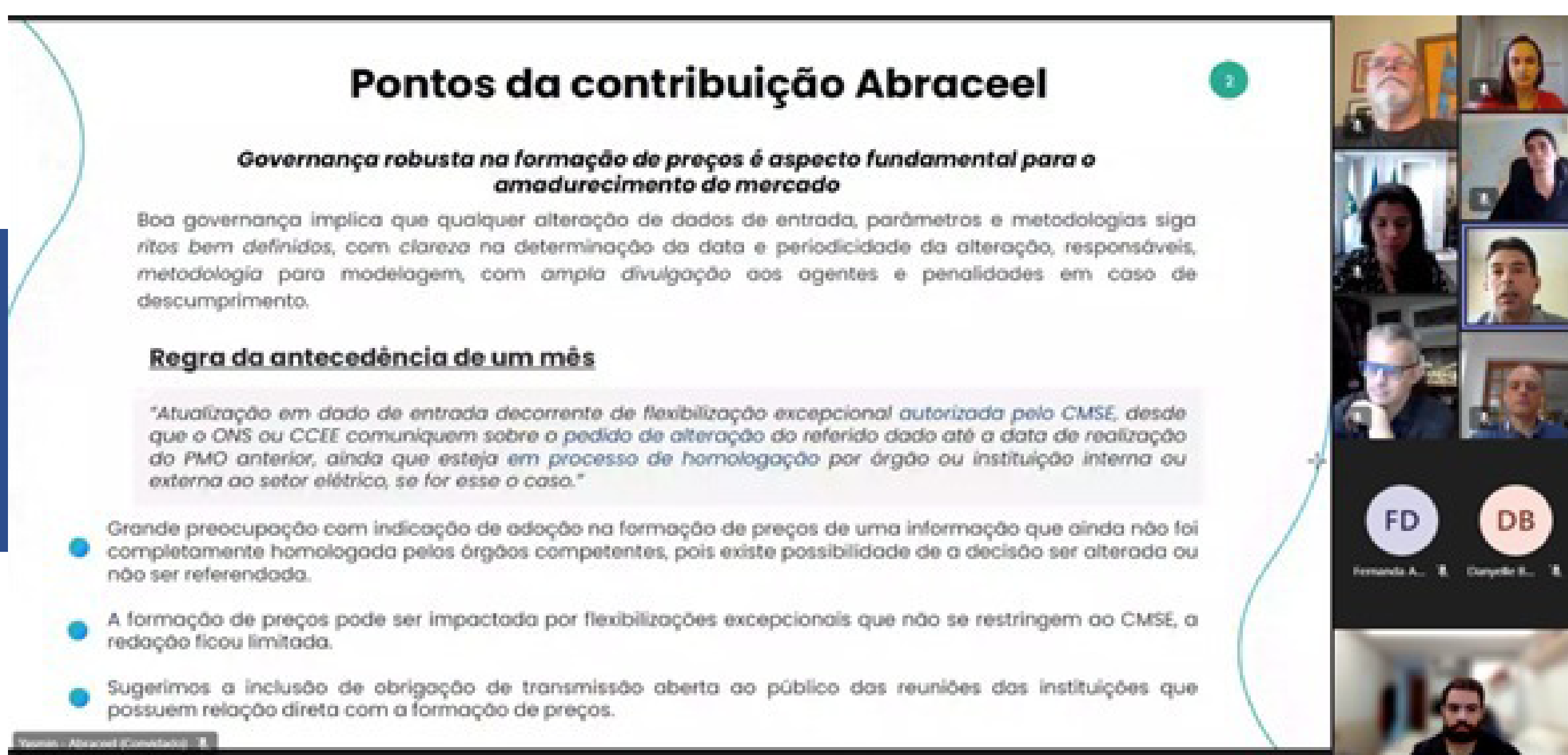
Ao final, o Diretor Hélivio se comprometeu a dar celeridade na condução do tema, que atualmente está na fase de análise das contribuições pela área técnica, a SGM. A apresentação realizada pela Abraceel está disponível na área restrita do [site](#), seção “Documentos Gerais”.

Em reunião com Relatora, Abraceel explica propostas sobre governança na formação de preços

Matéria em 1 minuto:

- SGM trabalha atualmente na elaboração da nota técnica de fechamento da Consulta Pública 43/2022 e Abraceel será informada da evolução do processo;
- Agnes da Costa se coloca à disposição para agendamento de novas reuniões para aprofundar pontos específicos dessa pauta;
- Governança da formação de preços é uma das bandeiras aprovadas no planejamento estratégico da Abraceel.

No dia 12.05 a Abraceel se reuniu com a Diretora da Aneel, Agnes da Costa, para explicar detalhadamente os principais pontos da contribuição da Associação entregue à Consulta Pública 43/2022 da Aneel, que trata da governança na formação de preços. Agnes da Costa é relatora do processo e o tema da governança da formação de preços é uma das bandeiras aprovadas no planejamento estratégico pelas associadas.



Pontos da contribuição Abraceel

Governança robusta na formação de preços é aspecto fundamental para o amadurecimento do mercado

Boa governança implica que qualquer alteração de dados de entrada, parâmetros e metodologias siga ritos bem definidos, com clareza na determinação da data e periodicidade da alteração, responsáveis, metodologia para modelagem, com ampla divulgação aos agentes e penalidades em caso de descumprimento.

Regra da antecedência de um mês

"Atualização em dado de entrada decorrente de flexibilização excepcional autorizada pelo CMSE, desde que o DNS ou CCEE comuniquem sobre o pedido de alteração do referido dado até a data de realização do PMO anterior, ainda que esteja em processo de homologação por órgão ou instituição interna ou externa ao setor elétrico, se for esse o caso."

- Grande preocupação com indicação de adoção na formação de preços de uma informação que ainda não foi completamente homologada pelos órgãos competentes, pois existe possibilidade de a decisão ser alterada ou não ser referendada.
- A formação de preços pode ser impactada por flexibilizações excepcionais que não se restringem ao CMSE, a redação ficou limitada.
- Sugerimos a inclusão de obrigação de transmissão aberta ao público das reuniões das instituições que possuem relação direta com a formação de preços.

Na reunião, a Abraceel abordou aspectos como a preocupação com a indicação de adoção "na formação de preços" de informação que ainda não foi homologada pelos órgãos competentes, pois existe possibilidade de a decisão ser alterada ou não ser referendada, entre outras. A Associação ainda sugeriu que haja possibilidade de transmissão aberta ao público das reuniões das instituições que possuem relação direta com a formação de pre-

A Diretora da Agência destacou a importância de ser garantida a divulgação de informações para todos os agentes de forma isonômica, tendo a Abraceel inclusive ressaltado que a regra de antecedência sequer seria necessária caso o processo de divulgação dessas informações já acontecesse de forma eficiente, simultânea e sem sobressaltos. Isso, porém, ainda não acontece.

Agnes argumentou que a existência de processos com diferentes ritos de aprovação, como modificação de dados de entrada e de metodologias, acaba gerando também ritos diferentes atrelados à divulgação desses. A relatora afirmou que a nota técnica de fechamento da CP 43/2022 ainda está sendo elaborada pela SGM e que a Abraceel será informada sobre o progresso desse processo.

Por fim, a Abraceel pontuou que é necessário que haja mais clareza nas regras empregadas na formação de preço, independentemente de quais sejam, porque é justamente essa falta de clareza que abre espaço para contestações judiciais, como a questão envolvendo os limites do PLD.

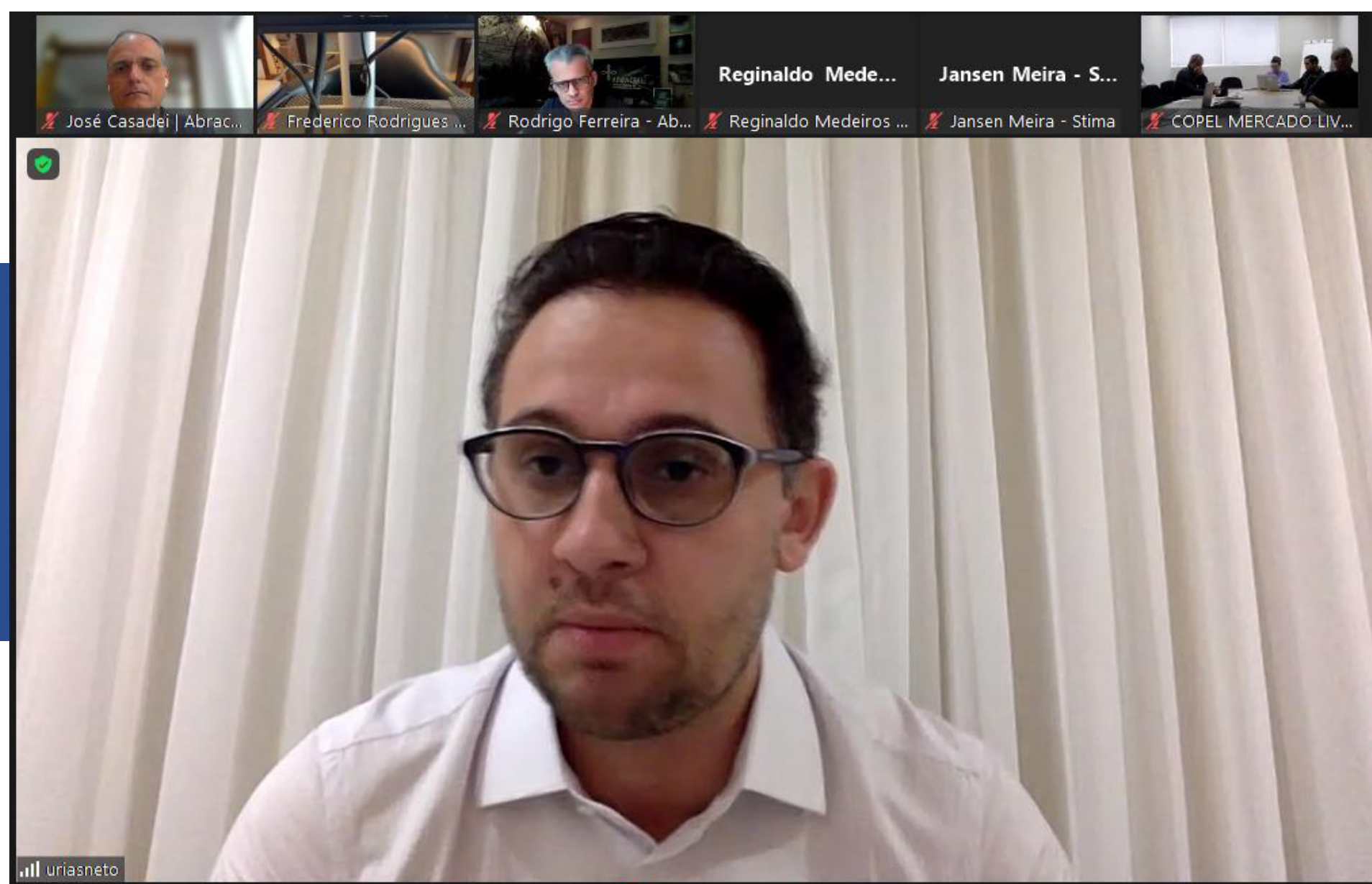
A Diretora se colocou à disposição para nova reunião, discutindo os pontos específicos dessa questão, que necessitam de mais detalhamento.

A apresentação exibida durante a reunião pode ser lida na área restrita do [site](#) da Abraceel, aba de “Apresentações Exclusivas”.

Comercialização varejista: especialista propõe modelo de estruturação e alerta para mitigação de riscos

Matéria em 1 minuto:

- Durante Sexta Livre da Abraceel, Urias Martiniano propôs estruturação lastreada por um contrato de parceria entre empresa de telecomunicações e de comercialização de energia;
- Especialista explicou formas de mitigar riscos na operação varejista e alertou para a exposição exagerada frente a custos que podem explodir repentinamente;
- Advogado ainda listou sugestões para aprimorar a regulação do comercializador varejista.



Com a presença de mais de 350 profissionais de empresas associadas, a Abraceel realizou no dia 10.05 edição da live Sexta Livre sobre um tema que ganha cada vez mais relevância, na medida em que a data de abertura do mercado a todos os consumidores atendidos em alta tensão - janeiro de 2024 - se aproxima: a estruturação da operação da comercialização varejista.

O convidado especial da Sexta Livre foi o advogado Urias Martiniano, sócio do escritório Martiniano Tomanik, que ofereceu uma visão da estruturação contratual da operação do comercializador varejista, com atenção para a assunção de riscos e exposição por parte dos comercializadores, além de destacar aspectos para uma boa estrutura contratual tributária.

O especialista ainda ofereceu sugestões para aprimorar a atual regulação que rege o varejista. Ao final, apresentou proposta pela qual sugere que a comercialização varejista poderia operar por meio de parceria com o mercado de telecomunicações, especialmente o de fibra ótica.

Ausência de ônus além do que estiver em contrato ou regulamento

Martiniano discorreu sobre aspectos regulatórios e legais inerentes à modalidade varejista e apontou que a Lei 14.120/2021 trouxe dispositivo que veda qualquer ônus para o varejista, além daquilo que estiver previsto em contrato ou em regulamento da Aneel, derivadas de situações de encerramento da representação e do corte no fornecimento de energia elétrica.

A regulação, no entanto, disse o especialista, não deixa claro qual agente será responsável pela exposição financeira quando há suspensão do fornecimento por inadimplência, frisando que “o que está em lei e regulamento hoje não dá tratamento adequado para esse risco”.

Com relação aos requisitos para ser habilitado a operar como comercializador varejista, Martiniano explicou que, na visão do escritório, poderia ser revisto o atendimento a critérios de patrimônio líquido mínimo, em relação ao volume de energia comercializada. “Será que faz sentido exigir patrimônio líquido de um varejista que tem 10 unidades consumidoras e não atinge 1 MW”, questionou, para exemplificar.

Riscos excessivos devem ser evitados

Sobre aspectos contratuais, Urias Martiniano entende que poderiam ser fixados contratos com prazos inferiores a 30 dias, a despeito das normas regulatórias, pois deve prevalecer a natureza jurídica das negociações bilaterais feitas no mercado livre e a vontade das partes, que têm autonomia para isso.

Ele também recomendou a inserção de cláusula prevendo arbitragem nos contratos. Embora represente um custo relevante aos varejistas, a existência dessa cláusula evita interferência indevida do Poder Judiciário, o que diminui riscos.

Outro risco abordado foi a assunção, sem limitações de custos, por parte do comercializador, da responsabilidade dos encargos

setoriais, principalmente quando os contratos forem registrados na modalidade de preço fixo. Isso pode trazer, no limite, um impacto relevante em um momento crítico em que os encargos crescem. “Não se trata de um risco jurídico, mas sim comercial. Precisa avaliar com cuidado”.

No caso de contratos na modalidade de economia garantida, Urias ponderou que os comercializadores devem pesar os custos que vão assumir, evitando a assunção de riscos não gerenciáveis como ultrapassagem de demanda e inadimplência, disse.

Outra ponderação contratual foi a inclusão de uma cláusula que preveja indenização por perdas e danos ao comercializador, mesmo que já haja previsão de pagamento de multa por parte do representado quando ele decide trocar de fornecedor. Isso porque, em algumas situações, pode ser mais vantajoso pagar a multa e trocar de comercializador.

O advogado também alertou que é importante fazer uma boa análise e estruturação tributária para que a operação varejista não incorra em custos desnecessários, o que reduziria os ganhos, e que o Código de Defesa do Consumidor deve prevalecer, mesmo que o fornecimento esteja amparado em contrato bilateral, o que exigirá cuidados das empresas para comunicação e promoções, cobranças indevidas e publicidade invasiva, entre outros, como ocorre no mercado de telecomunicações.

Mercado de telecomunicações pode ser base para comercialização varejista

Nesse ponto, Urias aproveitou para mostrar que o modelo de contratação no mercado de telecomunicações, em especial o de banda larga, pode servir de referência e apoio para as comercializadoras varejistas. Nesse mercado, a relação entre operadora e consumidor é intermediada por um regulamento da oferta dos serviços, análise de crédito, termo de contratação, contrato de prestação de serviço, contrato de locação de equipamentos e contrato de permanência.

O especialista propôs uma estruturação considerando a operação de telecomunicações e energia elétrica lastreada por um contrato de parceria entre a empresa de telecomunicações e a de comercialização de energia, numa situação em que a primeira deverá oferecer aos seus clientes o serviço de representação

via comercializador varejista e/ou geração distribuída, recebendo por isso uma parcela da operação. Nessa estruturação, explicou, caberá à operadora de telecomunicações realizar todo o relacionamento com o consumidor.

A comercializadora pode ser responsável por outros instrumentos prestados diretamente ao consumidor, como um contrato de ganho garantido. Em complemento, a operadora de telecomunicação emite boletos de cobrança, arrecada os recursos e destina parcela deles às comercializadoras.

A apresentação e as explicações da estrutura podem ser conferidas no [site](#) da Abraceel, na aba Apresentações Exclusivas.

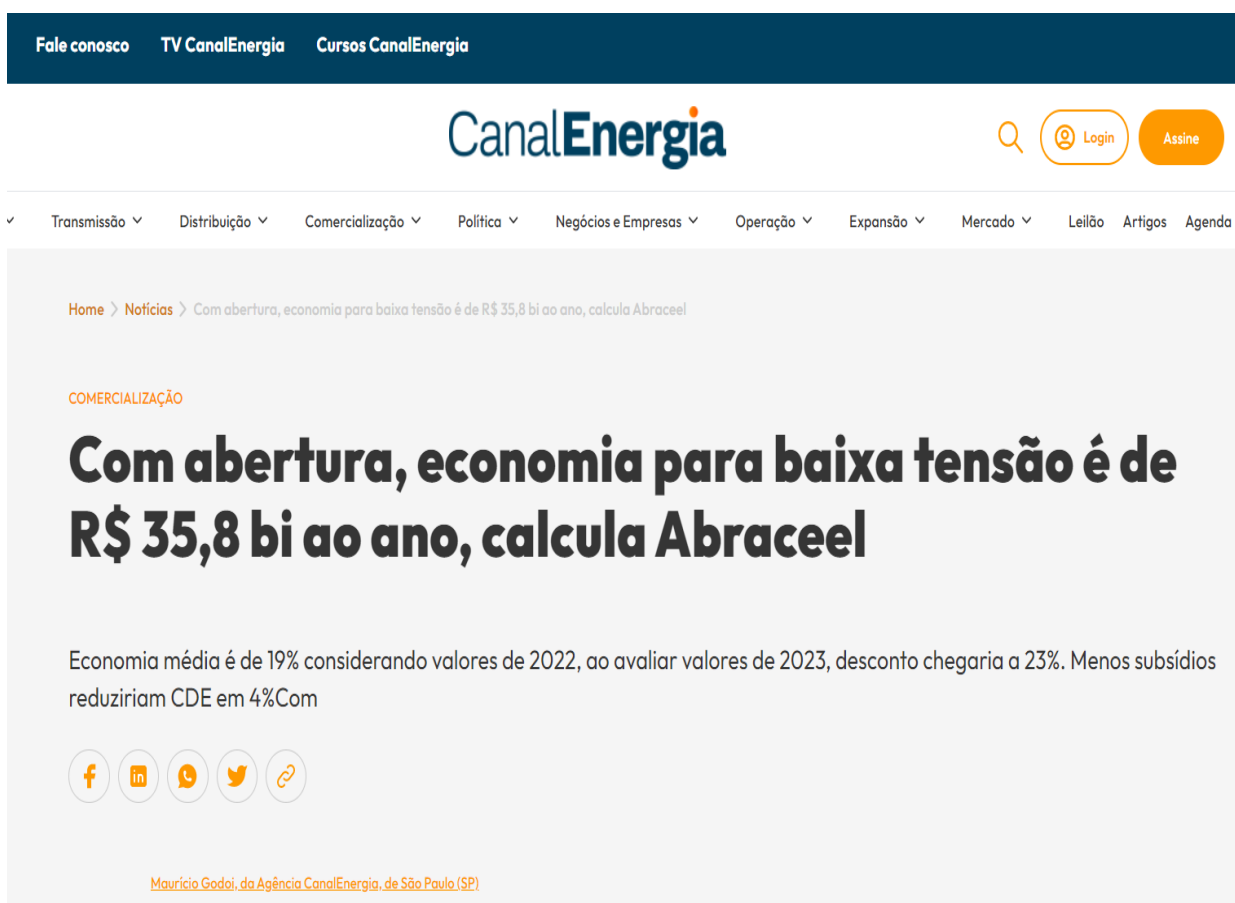
Regulação pode ser aperfeiçoada

O advogado Urias Martiniano, sócio do escritório Martiniano Tomanik, também apresentou às associadas da Abraceel um conjunto de propostas para aperfeiçoar a regulação referente à comercialização varejista.

- Desvincular todas as premissas do contrato bilateral dos instrumentos normativos.
- Em caso de não suspensão do fornecimento de energia, por motivo imputável ao atraso da CCEE ou distribuidora, o referido impacto deve ser suportado por elas.
- Reduzir o prazo para suspensão do fornecimento e simplificar processo, observando o prazo de 15 dias.
- Revisar as disposições da Resolução 1.011/2021: o impacto do comercializador varejista ao mercado impõe regras mais rígidas, claras e estruturadas.
- Simplificar o Sistema de Medição para Faturamento (SMF), bem como inserção de sistema em que a suspensão do fornecimento ocorrerá entre varejista e distribuidora.



ABRACEEL NA MÍDIA



Com abertura, economia para baixa tensão é de R\$ 35,8 bi ao ano, calcula Abraceel

Fonte: Canal Energia

[Acesse aqui](#)



Abraceel: sem contar com sobrecontratação, abertura de mercado economizaria até R\$ 35,8 bi ao ano

Fonte: Broadcast

[Acesse aqui](#)



Abertura total do mercado livre é política pública sem usar recursos da União, defende Abraceel

Fonte: Mega What

[Acesse aqui](#)



Mercado livre de energia pode absorver 5 milhões de consumidores de baixa renda, calcula associação

Fonte: epbr

[Acesse aqui](#)



ABRACEEL NA MÍDIA



Projeto que tramita com urgência pode onerar tarifas de energia em R\$ 93 bi, dizem associações

Fonte: CNN Brasil

[Acesse aqui](#)



Projeto que tramita no Congresso pode aumentar em R\$ 93 bilhões a conta de luz, calculam associações

Fonte: Valor Econômico

[Acesse aqui](#)



Transição energética é tinta na caneta

Fonte: Estadão

[Acesse aqui](#)

CURTAS

Fase envia carta à Cpamp com propostas para modelos de formação de preços

O Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase) enviou carta para a Cpamp reforçando a necessidade de que os agentes tenham tempo para avaliar as diversas propostas do Comitê para o ciclo de 2022-2023, que incluem a representação estocástica de fontes renováveis e a representação individualizada das usinas hidrelétricas nos primeiros estágios do Newave. Além disso, o Fórum propôs que seja feita a avaliação de outros pares do CVaR além dos que foram propostos, incluindo pares mais e menos restritivos, para melhorar a eficiência dos mecanismos de aversão ao risco presentes nos modelos. Ainda sobre esse tema, as associações signatárias desse posicionamento do Fase entendem que a análise do CVaR não deve ser feita única e exclusivamente para os casos contendo todas as melhorias propostas. Isso porque, caso uma delas não seja aprovada pela plenária da Cpamp após a realização da consulta pública, não haverá tempo hábil de análise das demais combinações de CVaR com as melhorias propostas. Por fim, há ponderação de que todas as alterações propostas são extremamente pertinentes, porém guardam novos níveis de incerteza nos modelos, ou, em alguma medida, produzem impactos sobre o preço e sobre os despachos energéticos, o que requer a disponibilização antecipada das informações para avaliação dos agentes. A carta pode ser lida na área restrita do [site](#) da Abraceel, aba de Cartas Abraceel.

Países avançam na criação da Associação Ibero-Americana de Comercialização de Energia

Com o objetivo de criar uma associação internacional de comercializadores, cuja denominação preliminar é Associação Ibero-Americana de Comercialização de Energia (AICE), associações nacionais de seis países, Brasil, (representada pela Abraceel, na figura de Frederico Rodrigues), Chile, Colômbia, Espanha, México e Portugal realizaram no dia 16.05, mais uma reunião, a quarta, quando prosseguiram as discussões sobre as minutas da declaração comum de princípios fundamentais e da ata de constituição da associação, nas quais houve comentários e sugestões de

alterações, tendo alguns solicitado mais prazo para submissão dos textos às respectivas governanças. A Abraceel já apresentou considerações nas minutas e enviou a tradução dos textos, gerados em espanhol, para o português, sendo que o Conselho de Administração da Abraceel recomendou que fosse proposta a inserção de mais algumas alterações. Foi acertado que até o segundo semestre deste ano deverá ocorrer reunião formal entre as fundadoras para formalização da nova associação, sendo que a representante da Colômbia propôs que essa reunião ocorra de forma presencial em evento na cidade de Cartagena, em 24 e 25.08. O próximo encontro está agendado para 13.06.

Participe! Abraceel terá painel sobre ACL em evento de hidrogênio



Nos dias 20 e 21.06, será realizado no Centro de Convenções Expo MAG, Rio de Janeiro, o Hydrogen Expo South America - Feira & Congresso, para debater tecnologias e soluções para a cadeia produtiva do hidrogênio. Será o primeiro evento no Brasil focado exclusivamente em apresentar as mais recentes tecnologias em desenvolvimento, equipamentos e soluções e serviços para a indústria do hidrogênio e processos de redução de emissões de carbono. O evento será composto por feira de negócios e congresso técnico, onde especialistas da indústria, associações de classe e governo irão debater “cases” e propostas para tornar o Brasil referência nesse setor. A Abraceel, apoiadora do evento, organiza um painel exclusivo e gratuito no congresso, dia 20.06, das 15h às 16h30, com o tema “O papel do mercado livre e do comercializador de energia na indústria do hidrogênio”. Os temas abordados serão o mercado livre como protagonista da expansão dos investimentos em geração de energia, o anseio do

consumidor por energia barata e renovável no mercado livre e a comercialização de hidrogênio no Brasil e exterior. Os debatedores confirmados são Rodrigo Ferreira (Abraceel), Felipe Toledo (McKinsey), Sérgio Azevedo (Hydro Energia), Marcel Haratz (Comerc Eficiência) e Priscila Lino (Auren Energia). As inscrições estão abertas pelo [link](#).

Abraceel reforça instruções para que associadas possam acessar reuniões online

Em 2022, a Abraceel editou novos procedimentos para que os profissionais das empresas associadas possam participar das reuniões online exclusivas dos associados. Para preservar essa exclusividade, com controle restrito ao acesso dos participantes na plataforma Zoom, a Associação solicita que cada participante se identifique no padrão “Nome Completo – Empresa”. A Abraceel elaborou um [documento](#) para facilitar as adequações necessárias, com um “passo a passo” para instruir os associados a realizar essa identificação, facilitando e acelerando o ingresso nas reuniões. Qualquer dúvida, a equipe da Abraceel se encontra à disposição pelo e-mail abraceel@abraceel.com.br.

GT MMGD apresenta aprimoramentos no modelo de projeção da MMGD

No dia 12.05 o CT PMO PLD promoveu a nona reunião com os agentes do GT MMGD para mostrar o “passo a passo” da utilização do Modelo de Mercado da Micro e Minigeração Distribuídas (4MD). O modelo tem objetivo de proporcionar o melhor acoplamento possível entre a carga de MMGD, que é representada no planejamento da operação, e a carga que efetivamente está em operação. Entre os aprimoramentos que estarão vigentes a partir do PDE 2029, vale destacar a desagregação da análise de sistemas de compensação local e remota. A próxima reunião está marcada para junho de 2023 para discutir projeções de geração de MMGD, incluindo mais informações acerca da entrada desse tipo de fonte nos modelos.

Resolução do CNPE institui o Grupo de Trabalho do Programa Gás para Empregar

No dia 17.05, o Presidente da República publicou a [Resolução 1/2023](#), do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que instituiu o Grupo de Trabalho do Programa Gás para Empregar

(GT-GE), visando a elaboração de estudo para a promoção do melhor aproveitamento do gás natural produzido no Brasil. As propostas têm o objetivo de aumentar a oferta de gás natural da União no mercado doméstico, melhorar o aproveitamento e o retorno social e econômico da produção de gás natural, aumentar a disponibilidade do energético para a produção de fertilizantes nitrogenados e integrar o gás natural à estratégia nacional de transição energética. O GT será coordenado pelo MME e composto por representantes da Casa Civil, BNDES, ANP, EPE, PPSA e diversos ministérios. Além disso, representantes de órgãos e entidades públicas e privadas relacionados ao setor de gás natural poderão ser convidados para participar das reuniões. As atividades do GT-GE terão prazo de 120 dias, contados da designação de seus membros, para a conclusão dos trabalhos e submissão de relatório ao CNPE.

Fórum do Gás delibera sobre pautas para o desenvolvimento do mercado

No dia 17.05, o Fórum do Gás se reuniu para discutir os próximos passos do grupo. Na reunião, ficou decidido que o Fórum irá elaborar um documento contendo posicionamento sobre o programa “Gás para Empregar”, criado oficialmente no mesmo dia, e que o Fórum irá realizar a divulgação do estudo da Brattle Group sobre a desconcentração da oferta de gás no mercado nacional. Além disso, os integrantes do colegiado analisaram o resultado de reunião promovida com o Cade para tratar do termo de compromisso da Petrobras, na qual o Fórum pleiteou a estruturação de um modelo de acesso às infraestruturas essenciais e a divulgação dos elementos que fundamentaram as aquisições de gás da estatal junto a produtores, que deveriam ser excepcionais, entre outros temas. Outra decisão foi a delegação para a Abiogás elaborar uma minuta de proposta modelo para o desenvolvimento do mercado livre de biometano. Por fim, foi definido que o Fórum iria elaborar uma contribuição para a Consulta Pública da MDIC sobre a elaboração do Plano de Redução do custo Brasil 2023-2026. A próxima reunião do grupo deverá acontecer no dia 19.07.



MDIC prorroga prazo de contribuição para CP sobre a redução do custo Brasil

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviço prorrogou para o dia 15.06 o prazo de envio de contribuições para consulta pública que trata da elaboração do Plano de Redução do custo Brasil 2023-2026. A Abraceel elaborou minuta de contribuição, com sugestões de ações para reduzir o custo da energia, incluindo propostas para promover avanços nos mercados livres de energia elétrica e gás natural. Dessa forma, as associadas passam a contar com prazo adicional para envio de contribuições para a Abraceel, agora até 13.06. O documento foi enviado por e-mail para o Grupo Técnico.

CIER promove curso sobre economia e marco normativo no setor elétrico



O objetivo do curso é compreender quais são os aspectos centrais em que a economia pode ajudar a entender um setor complexo, com forte impacto social, abrangendo várias dimensões. A programação busca identificar as diferentes estruturas de mercado e apresentar as políticas de defesa da concorrência nos setores de geração e comercialização. O curso é dividido em três módulos, com duração de 36 horas. As aulas serão online e as inscrições estão abertas. Para mais informações, acesse aqui.

BBCE explica derivativos de energia e o novo produto indexado ao CMO

No dia 19.05, a Abraceel promoveu Sexta Livre, aberta a participação de todos os interessados, com a presença de Rafael Carneiro, diretor comercial da BBCE, que explicou sobre os derivativos de energia e o novo produto indexado ao CMO. Mais detalhes serão apresentados na próxima edição do Relatório Semanal, mas a gravação da reunião está disponível no Youtube da Abraceel, pelo [link](#).



A semana começou com vitória política para o ministro Alexandre Silveira, com a nova estratégia de preços para os combustíveis anunciadas pela Petrobras. Na Câmara, o foco esteve no novo arcabouço fiscal, cuja urgência foi aprovada e o mérito deve ser deliberado na próxima semana. Não houve espaço para votação do PL de GD, que foi objeto de audiência pública agitada na Câmara.

Vitória para o Ministro - Logo no início da semana, a Petrobras anunciou nova estratégia de preços para os combustíveis, o que configurou uma vitória para o ministro Alexandre Silveira. A mudança na política de preços era uma promessa do governo Lula, que tem focado seu trabalho na entrega de medidas que impactem diretamente a vida dos eleitores.

O governo também aprovou a Resolução CNPE 1/2023 que institui o Grupo de Trabalho do Programa Gás para Empregar, que foi anunciado pelo ministro Silveira. O objetivo do GT é elaborar estudos para melhor aproveitamento de todo o gás natural produzido no país, com foco em fertilizantes e indústria química.

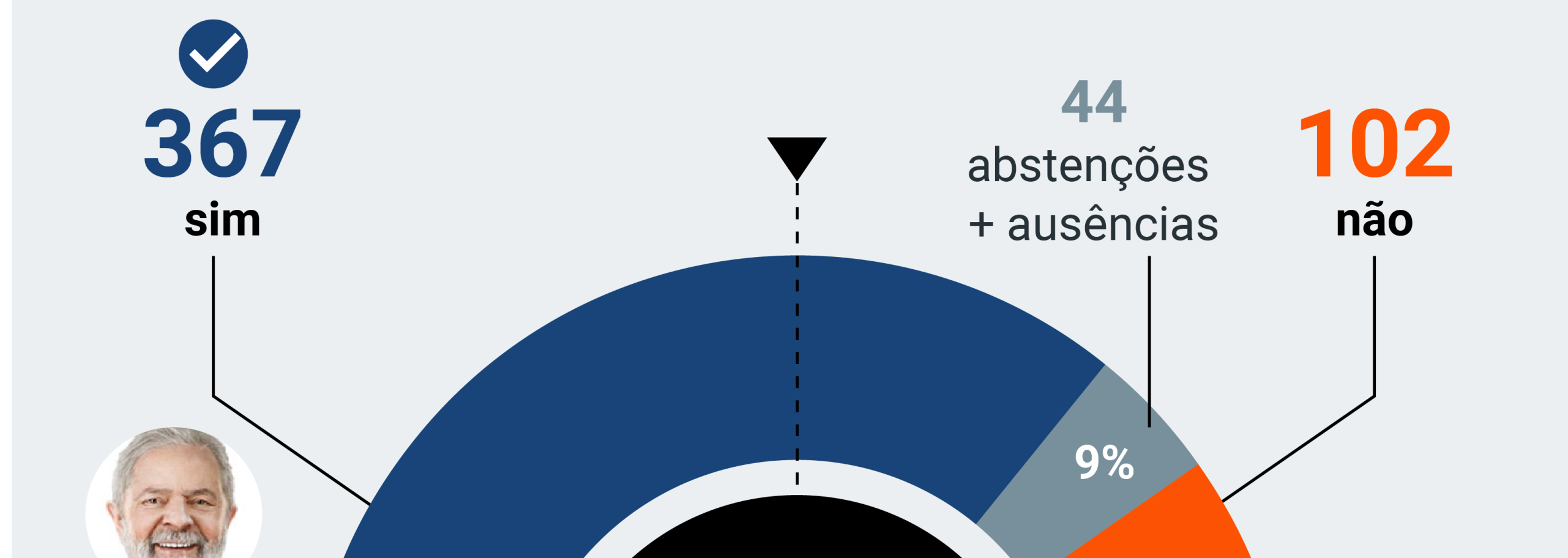


Governo está focado no arcabouço fiscal - A prioridade da semana no Legislativo girou em torno do arcabouço fiscal. Foi aprovado o regime de urgência para o projeto e o mérito deve ficar para a próxima semana. O ministro Haddad participou de longa audiência na Câmara dos Deputados para tratar da matéria e disse que espera mais de 300 votos a favor do texto, que precisa de, pelo menos, 257 votos. Também sinalizou que tem o apoio do União Brasil, partido que, embora tenha ministérios no governo, não está sendo uma base fiel para o presidente Lula. O ministro Alexandre Padilha, da secretaria de Relações Institucionais, órgão responsável pela ponte entre Executivo e Legislativo, deve promover conversas com o partido União Brasil, da mesma forma que já fez com PSB, PSD e MDB, como forma de fortalecer a base política de Lula no Congresso.

A matéria está sendo relatada pelo deputado Cláudio Cajado (PP-BA) na Câmara e há expectativa de que o PSD, partido do ministro de Minas e Energia, fique com a relatoria quando o projeto chegar no Senado. A urgência na Câmara foi aprovada com 367 votos, o que dá esperança ao governo de conseguir a quantidade de votos necessária para aprovar o mérito da matéria.

CÂMARA APROVA REGIME DE URGÊNCIA DO MARCO FISCAL DE LULA

placar geral e votação por partido em 17.mai.2023



FONTE: PODER 360 (CLIQUE PARA VER O INFOGRÁFICO COMPLETO)

Reforma Tributária para energia - A Frente Parlamentar de Recursos Naturais e Energia realizou reunião para discutir os impactos da reforma tributária no setor de energia no dia 17.05. Bernard Appy, secretário especial para a reforma tributária, disse que o novo modelo tributário será neutro, mas as renováveis po-

derão ter tratamento diferenciado, por exemplo, via diferenciação de alíquotas dentro do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) para combustíveis limpos. Quanto à alíquota uniforme nacionalmente para o gás natural, o governo ainda não tomou decisão a respeito disso. Confira a [íntegra da audiência](#).

Câmara dos Deputados debate GD - A Comissão de Minas e Energia realizou audiência pública, no dia 17.05, para tratar do marco legal da micro e minigeração distribuída. Recebendo críticas por alguns expoentes do tema, a Aneel defendeu que a resolução normativa sobre GD é resultado de amplo debate público. A Abradee criticou os subsídios que encarecem a conta de energia elétrica dos consumidores, segmento que não é chamado para o debate e apenas paga as faturas. A Absolar apontou que há dificuldades impostas pelas distribuidoras para conexão de clientes de geração distribuída. O Ministério de Minas e Energia reforçou sua disposição em discutir o tema com os agentes envolvidos. ONS, Apine, Abeeólica, Abiogás e Movimento Solar Livre também foram expositores no debate. As apresentações realizadas pelos debatedores estão disponíveis para acesso [aqui](#).

A urgência para deliberação da matéria foi aprovada na semana passada e, regimentalmente, o mérito está apto a ser votado em Plenário. É preciso que o Presidente da Casa, Deputado Arthur Lira, coloque a matéria na pauta, o que acontece após acordo entre lideranças partidárias. Não é possível cravar, mas há expectativa que a matéria venha a ser deliberada na próxima semana, embora o foco seja a votação do mérito do arcabouço fiscal, tema prioritário para o governo.

PRÓXIMA SEMANA

22.05 – Segunda-feira: Abraceel realiza reunião com Talita Porto, conselheira da CCEE, e Diogo Mac Cord, sócio da EY, para explicar premissas do estudo realizado pela consultoria e pela Abraceel; às 17h.

24.05 – Quarta-feira: Abraceel se reúne com Mônica Messenberg, Diretora de Relações Institucionais da CNI, para discutir a pauta da abertura do mercado elétrico, às 14h30.

25.05 - Quinta-feira: Abraceel participa da Audiência Pública 01/2023 da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe (Agrese) sobre modelo de Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) de gás natural, às 9h;

Abraceel se reúne com Andrea Macera, secretaria de Competitividade e Política Regulatória do MDIC, para apresentação do estudo sobre benefícios sociais da abertura do mercado, às 10h;

Abraceel se reúne com representantes da associada Santander para discutir a agenda do mercado, às 14h;

Abraceel se reúne com professor Edvaldo Santana para apresentação do estudo sobre o impacto social da abertura do mercado de energia para os consumidores do Grupo B, às 15h.

26.05 - Sexta-feira: Abraceel participa da 4ª Reunião Ordinária do Conselho de Usuários de Gás, às 14h.